



## Opinião

### Desenvolvimento Rural e Extensão Universitária: caminhos que se cruzam nos espaços das sociedades tradicionais do Maranhão

Itaan Pastor Santos<sup>12</sup>

Os muitos conceitos de desenvolvimento rural que determinam a forma como as instituições atuam no campo maranhense nunca foram capazes de dar conta da diversidade das sociedades rurais e suas características internas, assim como não relacionam as condições edafoclimáticas tão necessárias para que as atividades primárias possam ser exercidas na sua plenitude, da mesma forma como a forte presença do capitalismo nesses espaços não conseguiu mercantilizar essas duas atividades. No entanto, para os planejadores dos órgãos oficiais – inclui-se aqui a EMATER-MA, SAGRIMA, CAF, SAF e as secretarias de agricultura municipais, que não cansam de elaborar planos, programas e projetos para os pequenos agricultores e pescadores artesanais – os conceitos sobre os quais arquitetam esses documentos, muitas vezes, viajam pelas teses marxistas clássicas, incluindo os textos de Lenin e Kautsky, que consideravam a possibilidade do desaparecimento dos pequenos estabelecimentos ou sua completa integração à grande produção. Quase todos esses programas e projetos insistem em tratar a agricultura familiar como um modelo único integrado ao mercado. E nem o movimento dos trabalhadores rurais ou dos pescadores conseguiu apresentar propostas que invertesse essa lógica e convencesse o Estado que o modelo agrícola e de desenvolvimento rural deveria levar em consideração a heterogeneidade das sociedades rurais maranhenses.

Cabe aqui fazer uma observação específica para o Maranhão. Preso a um modelo político que perdurou por 50 anos (entre 1964 e 2014) o Estado ficou enredado nos programas nacionais de transferência de tecnologias que eram estabelecidos para as regiões Norte e Nordeste, consideradas como regiões atrasadas pelo governo central. Esse mergulho foi sendo minimizado apenas na segunda metade da década 1990, quando as políticas de desenvolvimento rural brasileiras passaram a contemplar sociedades rurais pouco reconhecidas antes da constituição de 1988. Mesmo assim, demorou para que os pesquisadores maranhenses se debruçassem sobre questões específicas do nosso espaço rural.

Considero que o fator mais importante que dificultou a promoção do desenvolvimento rural foi a desarticulação do sistema de agricultura maranhense com o fechamento de todos os órgãos que estavam vinculados ao sistema no final da década de 1990, pela então governadora Roseana Sarney, que promoveu até a extinção da própria Secretaria de Agricultura. Assim, no período onde houve um grande avanço da pesquisa sobre a agricultura familiar em todo o país, e as políticas federais voltadas para o campo foram mais intensificadas não havia estrutura pública estadual para pôr em prática. Esse descompasso deixou o Maranhão bem atrás no processo de desenvolvimento que nascia naquele período e que tinha a agricultura familiar como referência.

Nesse ponto, faço uma relação entre o desenvolvimento rural a partir da intervenção do Estado e a participação da universidade. A relação entre esses dois atores no Maranhão foi, durante muito tempo distante e superficial. Em parte, porque as universidades públicas maranhenses não possuíam programas de pós-graduação relacionadas com as áreas agrárias antes da década de 2000 de modo que as pesquisas sobre as temáticas rurais eram pontuais, e quase nenhum pesquisador se especializou a ponto de apresentar um escopo teórico ou temático que permitissem formulação de políticas estruturantes e de longo prazo. Por outro lado, porque o Estado não estabeleceu canais de relacionamento com a academia, que durante muitos anos foi deixada distante da sua agenda de desenvolvimento que apenas reprisava a agenda nacional proposta para os estados do Norte e do Nordeste. Dentro dessa dificuldade de

<sup>1</sup> Recebido: 02/05/2019 Aceito: 07/06/2019

<sup>2</sup> Médico Veterinário e professor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

relacionamento e da própria lógica estabelecida para o funcionamento da universidade não houve confluências que gerassem opções para alguma agenda comum.

Só na segunda metade da década 2000 é que o Estado e a academia iniciam um processo de aproximação, muito mais pelo trabalho feito pelos pesquisadores do que pelos órgãos governamentais relacionados ao rural que nesse período estavam em fase de reestruturação. A criação de programas de pós-graduação permitiu a formulação de agendas de pesquisa que se aproximaram das instituições que atuavam nas áreas rurais. As diversas sociedades rurais puderam apresentar seus problemas que geraram pesquisas diversas. Programas e projetos de extensão vieram na esteira da pesquisa e fomentaram a participação da universidade nos espaços onde o capital social das organizações de representação e/ou apoio se situam.

Na última década, essa aproximação entre a academia, as organizações sociais e o Estado articuladas dentro de um novo contexto político-ideológico tem criado novas possibilidades e novos caminhos. A extensão rural que durante muito tempo reinou sozinha e se preocupava apenas com a produção dentro de uma perspectiva produtivista, permitiu-se a aproximação com a extensão universitária, rompendo os laços que criavam caminhos mais fáceis entre os moradores das áreas rurais e as áreas urbanas e que acabou por incentivar o êxodo como forma de melhoramento de vida. A extensão universitária baseada em todos os conhecimentos acumulados da pesquisa estabelece uma nova perspectiva do desenvolvimento rural, onde o mais importante passa a ser a permanência das sociedades rurais nos seus locais de origem e a qualidade desses espaços e não apenas a produção como forma de gerar e aumentar renda.

Dentro dessa lógica a extensão universitária apresenta para o contexto desse novo desenvolvimento rural questões estratégicas já debatidas dentro e fora da academia como sustentabilidade ambiental, educação do campo, inovação e empreendedorismo a partir dos próprios moradores das áreas rurais, dinâmicas territoriais, capital social, multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura, turismo rural de base comunitária. Esses temas passaram fazer parte das agendas do Estado e das organizações de representação dos moradores das áreas rurais e vem criando uma nova lógica, que coloca o Maranhão em patamares semelhantes aos estados do Sul e Sudeste brasileiro e se adequando a nova ordem mundial do desenvolvimento rural.

Quando estabelecemos a sustentabilidade ambiental como referência para o desenvolvimento rural, passamos a considerar que é possível promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas nas comunidades rurais tradicionais e nos assentamentos de reforma agrária produzindo e gerando renda sem que para isso seja necessário provocar desequilíbrio ambiental. O conhecimento que está sendo produzido e o que se tem acumulado permite modelos produtivos baseados na agroecologia cujos impactos são mínimos quando comparados com o modelo agroquímico muito utilizado por grandes produtores do agrobusiness. O custo do investimento para implantação de sistemas agroecológicos é relativamente pequeno até porque a grande maioria dos agricultores familiares desenvolvem sistemas tradicionais cuja lógica agrônômica e ambiental adaptadas às condições sociais e edafoclimáticas locais facilita, em muito, a transição para a agroecologia. No Maranhão, há bons exemplos, como os programas executados pela Associação de Assentados do Maranhão (ASSEMA) no Médio Mearim e pela Associação Agroecológica Tijupá no Baixo Munin, mas apesar de ter um plano estadual de agroecologia recém-aprovado pela assembleia legislativa, faltam ações que possam incentivar esse tipo de atividade no conjunto do Estado.

A educação do campo pouco é trabalhada na perspectiva do desenvolvimento rural a partir do Estado. Um contraponto importante aqui é a consideração que a grande produção é ausenteísta. Os “donos” das cadeias agroindustriais não moram no campo e, portanto, uma educação pensada a partir do olhar dos moradores dessa área só tem importância para quem vive nessas áreas como os agricultores familiares. Portanto, um modelo de educação que se ancora no local utilizando do conhecimento histórico dos seus moradores e que tende a se articular sobre a forma de rede temporal e espacialmente permite a garantia da sucessão rural mantendo a juventude no campo, além de reforçar a implantação e manutenção de sistemas agroecológicos.

Num momento especialmente difícil para o país, a população rural é quem mais sofre por ter poucas alternativas de acesso aos serviços públicos. Nesse sentido os programas que chegam às

comunidades rurais vêm sob a forma de transferência de renda ou vem através de projetos pensados de fora para dentro. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas as atividades relacionadas à agricultura familiar são responsáveis por 77% dos empregos no campo definindo uma importância que é muito maior que a própria subsistência dessas comunidades. Esses números ainda podiam ser bem maiores se as características psicossociais, a cultura local e o comportamento pouco empreendedor desses moradores não reduzissem ao mínimo possível as possibilidades de inovação e empreendedorismo que possam nascer em cada comunidade. Portanto, o estímulo a mobilização de recursos locais deve ser ajustado às diferentes condições e desafios específicos de cada território, às diferentes áreas de conhecimento enraizadas nas comunidades e as características das pessoas em função do ambiente e história. Esse tipo de educação vem sendo praticada há bastante tempo nas escolas famílias agrícolas e nas casas familiares rurais no Brasil inteiro. No Maranhão existem muitas dessas escolas e casas, todas sobrevivendo com extrema dificuldade, dependendo, principalmente, do apoio e boa vontade dos profissionais que atuam nos locais.

A questão territorial traz no seu bojo dinâmicas existentes num espaço de realidades complexas onde se sobressai uma identidade socio-econômica-cultural. É essa identidade que define o tipo de desenvolvimento existente em cada região. Nas últimas duas décadas o olhar sobre os territórios tem propiciado uma renovação da discussão sobre a relação urbano rural e a função que esses espaços exercem em tempos modernos. No Maranhão essa relação urbano rural tem sido minimizada em função da grande maioria dos municípios apresentarem características rurais mesmo nas sedes municipais. São essas características que precisam ser bem avaliadas para serem utilizadas como referência no modelo de desenvolvimento rural que o conjunto das populações querem.

Quando falamos de capital social na perspectiva sociológica estamos levando em consideração o conceito de Bourdieu que inclui não só as pessoas de um determinado lugar como as interações existentes de forma durável entre essas pessoas que fomenta uma rede permanente. Nesse sentido, as relações que existem nas áreas rurais são fortes o bastante para garantir uma rede que se torna capaz de promover um desenvolvimento endógeno como tem sido feito historicamente, mas que pode ser muito bem aproveitada se for extrapolada para fora das comunidades. São as pessoas moradoras locais o capital social potencial capazes de promover o desenvolvimento rural de forma sustentável.

Nas duas últimas décadas, a área rural passou a ser vista como tendo bem mais possibilidades de desenvolver atividades para além da agricultura tradicional. As áreas rurais passaram a ser vistas como tendo multifunções onde a produção poderia ser transformada por agroindústrias e os produtos obtidos serviriam para complementar a renda; na mesma perspectiva pessoas moradoras das áreas urbanas ou de outras áreas rurais poderiam visitar essas áreas e comprar os produtos in natura ou agroindustrializados, assim como fazer visita tanto como lazer, aventura ou apenas para descansar. Saindo da lógica simplista da produção agrícola como atividade única e do estabelecimento como tendo uma única função a pluriatividade e a multifuncionalidade passaram a apresentar a agricultura familiar como uma nova alternativa para viver e trabalhar promovendo um desenvolvimento rural bem diferente do que acontecia nas décadas anteriores.

Entre as atividades que estão incluídas na proposta de pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura está o turismo de base comunitária. Esse tipo de turismo coloca o agricultor familiar e sua comunidade no centro da proposta do turismo, integrando o turista às atividades desenvolvidas localmente, seja a gastronomia, as belezas naturais ou a cultura. Nessa perspectiva, o turista não apenas se aproveita do que a comunidade pode fornecer, mas se integra à própria comunidade. O turista passar a conviver com uma nova experiência, o que garante sustentabilidade estratégica ao turismo, manutenção da cultura local e cooperação entre moradores e visitantes. Esse tipo de turismo vem sendo experimentado em várias partes do mundo como forma de contraposição ao turismo convencional. No Maranhão, algumas experiências já têm resultados parciais, como é caso do Circuito proposto pelos moradores da comunidade Satuba, em Santo Amaro, fruto de uma parceria com o Labex<sup>3</sup> e outras instituições, como o Conleste Maranhense, o curso de Turismo da UFMA e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial dos Lençóis Maranhenses/Munin.

---

<sup>3</sup> Núcleo de Extensão e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Todas essas questões já vêm sendo tratadas nos projetos de extensão desenvolvidos por grupos diversos nas universidades públicas do Maranhão. Mesmo que os projetos de extensão ainda sofram pelo pouco apoio, a articulação desses grupos com o poder público nas instancias estadual e municipal podem contribuir bastante com o desenvolvimento rural sustentável.